



## Congresso deve votar amanhã 2 vetos e 25 projetos de crédito

A pauta inclui itens barrados pelo presidente da República na minirreforma eleitoral e na concessão de preferência a marisqueiras em indenizações por desastre ambiental

Jefferson Rudy/Agência Senado — 3/12/2019



O projeto de liberação de crédito com maior valor é o que destina R\$ 5,8 bilhões a dois ministérios e assegura recursos aos estados, ao DF e aos municípios

Senadores e deputados se reúnem amanhã em sessão conjunta para analisar 2 vetos e 25 projetos de liberação de crédito. O primeiro item da pauta é o veto a trechos da minirreforma partidária e eleitoral sancionada em setembro. Também será votado o veto que invalida a preferência a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações por desastres ambientais.

Entre os projetos para liberar crédito, o de maior valor destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de assegurar recursos aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. **3**

**Colegiado faz balanço com 160 reuniões e foco na Previdência 4**

**Junho Verde foi destaque na Comissão de Meio Ambiente 4**

**Setor de relações públicas do Senado celebra 60 anos em sessão especial 2**

**Comissão faz hoje audiência sobre arbitragem tributária 4**

**Cinco obras com irregularidades podem seguir bloqueadas**

### Alterado na Câmara, pacote anticrime será analisado agora no Senado

O pacote anticrime foi aprovado pela Câmara dos Deputados na semana passada e agora será analisado pelo Senado. Mais crimes classificados como hediondos, penas maiores e regras mais rígidas para liberdade condicional e progressão da pena são alguns dos pontos do projeto. Na Câmara, o texto sofreu modificações. Foram retirados, por exemplo, os itens sobre excludente de ilicitude e prisão após condenação em segunda instância. **3**



Fernando Frazão/ABR — 26/9/2019

Para senadores, retirada pelos deputados da exclusão da ilicitude pode ajudar na tramitação do projeto anticrime

O comitê sobre irregularidades em obras e serviços da Comissão de Orçamento recomendou a manutenção do bloqueio da construção da BR-040 em Petrópolis (RJ), da duplicação da BR-116 em Feira de Santana (BA), do BRT em Palmas, da Ferrovia Transnordestina e do Canal do Sertão, em Alagoas. Os parlamentares se basearam em informações do Tribunal de Contas da União, dos gestores e nas audiências públicas promovidas em novembro. Essas obras já constavam como bloqueadas no Orçamento de 2019. **3**

### Delegação do Senado estará na COP-25, em Madri



Conferência da ONU tem representantes de quase 200 países e vai até o dia 13

A 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25), em Madri, que vai até dia 13, vai contar com uma comitiva de senadores, encabeçada pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre. O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues também estão na delegação. **3**

### Proposta volta a prever emendas obrigatórias das comissões na LDO

Projeto encaminhado pelo Executivo reintroduz na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano itens vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

No fim de novembro, esses vetos foram mantidos em sessão do Congresso, embora acordo entre líderes previsse a derrubada de alguns itens.

O projeto torna de execu-

ção obrigatória as emendas de comissões permanentes do Senado, da Câmara, do Congresso e as apresentadas pelo relator-geral da proposta orçamentária para 2020. Quanto a emendas impositivas, a proposta determina que podem ser objeto de eventual contingenciamento, respeitados limites em alguns casos. **3**

Roque de Sá/Agência Senado



Érica Ceolin, Ilana Trombka, senador Nelsinho Trad, Maria Cristina Monteiro, Ana Clarissa e Antônio Carlos Lago

# Senado celebra 60 anos do setor de relações públicas

A homenagem, na sexta-feira, também comemorou o Dia Nacional das Relações Públicas, que lembra a data de nascimento do diretor do primeiro departamento brasileiro da área, criado em 1914

A IMPORTÂNCIA DOS profissionais de relações públicas e as interações entre o Legislativo e a sociedade foram lembradas na sessão especial em comemoração dos 60 anos do setor de relações públicas (RP) do Senado, realizada na sexta-feira.

A reunião foi requerida pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF) para comemorar a designação, em 1959, do servidor Ary Kerner Veiga de Castro para a tarefa de estudar e apresentar um plano para o serviço de Relações Públicas do Senado.

A homenagem se estende ao Dia Nacional das Relações Públicas, que lembra a data de nascimento de Eduardo Pinheiro Lobo, responsável pela direção do primeiro Departamento de RP criado no Brasil, em 1914.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, graduada em RP, considera que a Secretaria de Relações Públicas da Casa tem profissionais com capacidade para analisar a imagem do Senado e que o setor teve suas atribuições ampliadas na era das mídias sociais.

— Numa época em que todos estão conectados em busca de informações, o Senado acerta ao dar à secretaria uma função estratégica para sua imagem e credibilidade — avaliou.

A secretária-geral do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (Conferp), Ana Clarissa de Souza Cavalcante, cobrou do setor universitário mais cursos de RP, para multiplicar e valorizar a categoria.

A diretora da Secretaria de

Comunicação Social do Senado (Secom), Érica Ceolin, lembrou o pioneirismo da Casa ao buscar aproximar o legislador do cidadão com atividades de RP, como o projeto Jovem Senador.

Já a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing, Maria Cristina Monteiro, citou a participação do setor na criação da Central de Produção de Vídeo, que deu origem à TV Senado, e do serviço 0800, o Alô Senado.

O senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que presidiu a sessão, disse que a secretaria realiza um trabalho de responsabilidade, que transmite os valores e as ações da instituição.

— Nossa secretaria vem se modernizando, adaptando-se aos novos tempos, investindo em sua comunicação.

## Sessão celebra os 400 anos da Câmara de São Luís

A preocupação com a modernização, maior aproximação com a população e o olhar para o futuro foram lembrados como marcas importantes que caracterizam a Câmara Municipal de São Luís durante sessão especial, na sexta-feira, que celebrou os 400 anos de existência do legislativo da capital do Maranhão.

Chamada de Simão Estácio da Silveira, em homenagem ao seu primeiro vereador, a câmara municipal celebra seu quarto centenário hoje e tem entre seus primeiros registros de instalação a data de 1619, quando era composta por sete



Weverton (E) disse que a câmara é testemunha viva da história do Brasil

vereadores, um juiz, um escrivão, um procurador do conselho, um escrivão das datas e demarcações, um almoxarife e um procurador dos índios.

Um dos requerentes da sessão, o senador Weverton (PDT-MA) ressaltou que o legislativo municipal é testemunha viva

da história do Brasil por ter participado efetivamente da construção, administração e desenvolvimento das várias regiões de São Luís. Para ele, entender o passado por meio da histórica atuação da Casa legislativa indica os caminhos para os avanços efetivos.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA

**CDH Violência no Brasil**  
8h30 Lançamento do livro *Afro Paladar*, de Jackeline Silva. Depois, debate sobre violência no Brasil.

**CDR Economia solidária**  
9h Debate sobre economia solidária na Assembleia Legislativa da Bahia.

**SESSÃO ESPECIAL Aniversário da ABDE**  
10h Homenagem aos 50 anos da Associação Brasileira de Desenvolvimento.

**CCJ Arbitragem tributária**  
14h Debate sobre o PL 4.257/2019, que institui a arbitragem tributária e a execução fiscal administrativa.

**PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Discursos e avisos da Mesa.

**SESSÃO TEMÁTICA Direitos humanos**  
15h Celebração do Dia Internacional de Direitos Humanos e da População Negra.

TERÇA

**CDH Defesa da democracia**  
9h Audiência pública debate o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Defesa da Democracia.

**CAE Responsabilidade fiscal**  
10h Entre 18 itens, o PLS 527/2018, que assegura que o Executivo não será responsabilizado se as despesas com pessoal de outro Poder ultrapassarem os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CCJ Prisão após segunda instância**  
10h O PLS 166/2018, que disciplina a prisão após condenação em segunda instância, é um dos três itens.

**CCT/CAE Lei de Informática**  
10h Na pauta, o PL 4.805/2019, que altera a Lei de Informática.

**CCT Pedido de reunião**  
10h Requerimento de reunião conjunta.

**MP 901/2019 Terras para RO e AP**  
10h Análise do relatório da medida.

**CE Apresentações em transportes**  
11h Entre 17 itens, o PL 3.964/2019, que regulamenta apresentações em meios de transporte.

**CONGRESSO Vetos e créditos**  
11h Análise de destaques a vetos e de projetos de créditos orçamentários.

**ZILDA ARNS Proteção de crianças**  
11h Entrega da Comenda Zilda Arns.

**CTEC Professores**  
14h Debate sobre pagamento de salários de professores com recursos do Fundef.

**CPMI DAS FAKE NEWS Depoimento**  
14h30 Empresário Paulo Marinho, suplente do senador Flávio Bolsonaro.

**MP 904/2019 Fim do DPVAT**  
14h30 Plano de trabalho e requerimentos.

QUARTA

**MP 900/2019 Fundo ambiental privado**  
16h Audiência pública. Representantes dos Ministérios da Economia e do Meio Ambiente, do Ibama, da OAB e do STJ estão entre os convidados.

**CAE/CRA Terras para estrangeiros**  
9h Reunião conjunta para análise do PL 2.963/2019, que libera compra de terras por estrangeiros.

**CDR Cobrança de diária**  
9h Entre 8 itens, o PL 2.645/2019, que regulamenta a diária inaugural na hotelaria.

**CRA Política pública**  
9h Pauta de 5 itens, entre eles o PL 2.966/2019, que isenta do IPI a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas. Depois, análise do relatório de avaliação de política pública.

**CAS Processo educativo**  
9h30 O PL 4.138/2019, que obriga pais a acompanharem processo educativo de seus filhos, é um dos 34 itens.

**CCJ Filição partidária**  
9h30 Entre 33 itens, a PEC 54/2016, que impede parlamentar de ficar sem partido por mais de 90 dias.

**DOM HÉLDER CÂMARA Comenda**  
11h Entrega da Comenda Dom Hélder Câmara de Direitos Humanos.

**CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos**  
13h Representantes da PUC-SP, Diogo Rais Moreira; da Unicamp, Rafael Evangelista; e da PUC-RJ, Leonel Aguiar.

**CMCVM Lei Maria da Penha**  
14h Lançamento de publicação a respeito do seminário 12 anos da Lei Maria da Penha.

**PARLASUL Eleição**  
14h Eleição do presidente e de dois vice-presidentes da Representação Brasileira do Parlasul.

**MP 900/2019 Fundo Ambiental Privado**  
14h30 Audiência pública com a participação, entre outros, do consultor em políticas ambientais Fabio Feldmann, da consultora da Câmara dos Deputados Suely Araújo e de representantes do Observatório do Clima, do WWF-Brasil e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

**SESSÃO ESPECIAL 20 anos da Abrapa**  
10h Comemoração dos 20 anos da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.

**SESSÃO ESPECIAL Assembleia de Deus**  
12h Celebração dos 90 anos da Assembleia de Deus — Ministério de Madureira.

QUINTA

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Congresso vota amanhã créditos suplementares

Estão na pauta ainda vetos a itens da minirreforma eleitoral sancionada em setembro e à concessão de preferência a marisqueiras no pagamento de indenizações em casos de desastre ambiental

O CONGRESSO ANALISA amanhã 2 vetos e 25 projetos de liberação de crédito. O primeiro item da pauta é o veto parcial que barrou alguns pontos da minirreforma partidária e eleitoral (PL 5.029/2019). O projeto foi sancionado em setembro como Lei 13.877, mas o presidente Jair Bolsonaro vetou 45 dispositivos do texto. Os parlamentares já começaram a apreciação desses dispositivos, mantendo a maioria dos que foram barrados pelo Executivo, mas ainda há quatro por analisar.

Em seguida há o veto que invalidou a preferência a mulheres marisqueiras no pagamento de indenizações em caso de desastres ambientais. A preferência na ordem de pagamento de indenização às marisqueiras estava prevista no PLC 47/2017, transformado na Lei 13.902, de 2019.

A pauta ainda tem 25 projetos de lei do Congresso para a

liberação de crédito a ministérios e órgãos do governo. O de maior valor (PLN 50/2019) destina R\$ 5,8 bilhões para os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, além de assegurar transferências a estados, Distrito Federal e municípios. O dinheiro vai ser usado, por exemplo, para a adequação de um trecho da BR-343 entre Teresina e Parnaíba, no Piauí.

Outro projeto que consta da pauta do Congresso é o PLN 10/2019, que abre crédito de R\$ 5,4 bilhões para a Petrobras Netherlands, subsidiária holandesa da petroleira brasileira. O dinheiro será usado para a aquisição de bens destinados às atividades de pesquisa e lavra de jazidas de petróleo e gás natural e na manutenção da infraestrutura de exploração e produção de óleo.



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (C) comanda sessão do Congresso

## Comitiva de senadores participa da COP-25, em Madri

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, embarcou na sexta-feira para a 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-25), em Madri, na Espanha.

Também fazem parte da comitiva de representantes do Senado no evento o presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), senador Fabiano Contarato (Rede-ES),

e os senadores Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Na agenda dos senadores, havia uma reunião com representantes de organizações não governamentais ambientais que aconteceu no sábado, um encontro com integrantes do Green Climate Funds (GCF) e com os governadores que compõem o Consórcio Interestadual de

Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, ontem, além de um encontro previsto para hoje com empresários e representantes de ONGs.

A COP-25 ocorre de 2 a 13 de dezembro. A conferência reúne representantes de quase 200 países. O objetivo do encontro é debater as mudanças climáticas e ações para a redução dos gases de efeito estufa no planeta.

## Comitê sugere manutenção em 2020 do bloqueio a cinco obras

O Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI) da Comissão Mista de Orçamento recomendou, na proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019), o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira de cinco obras.

São alvos da medida a construção da BR-040 na nova subida da serra de Petrópolis (RJ); a duplicação de trecho da BR-116 em Feira de Santana (BA); o corredor exclusivo para ônibus (BRT) em Palmas; a Ferrovia Transnordestina; e as obras do Canal do Sertão em Alagoas.

“A proposta se fundamenta nas informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nos esclare-

cimentos prestados pelos gestores e nas audiências públicas promovidas pelo COI em novembro”, diz o relatório, segundo o qual todas essas obras já constavam como bloqueadas no Orçamento de 2019.

Em setembro último, o Congresso retirou da lista as obras da BR-116 na Bahia. O COI recomendou agora um bloqueio parcial, deixando de fora serviços necessários à preservação dos trechos já concluídos, para que não se deteriorem até que o empreendimento seja retomado, o que poderá ocorrer em 2020.

O relatório do COI será examinado pela comissão mista e passará a integrar a proposta orçamentária a ser votada em sessão do Congresso.

Da Agência Câmara

## Proposta reintroduz na LDO emendas obrigatórias

Encaminhado pelo Executivo, o Projeto de Lei do Congresso (PLN) 51/2019 reintroduz na atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO — Lei 13.898) itens vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

No final de novembro, esses vetos foram mantidos por deputados e senadores em sessão conjunta do Congresso, embora acordo entre os líderes partidários previsse

a derrubada de alguns itens.

O projeto torna de execução obrigatória as emendas de “comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de comissão mista permanente do Congresso”, assim como as de relator-geral da proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019) “que promovam acréscimo em programações constantes do projeto de lei

orçamentária ou inclusão de novas, excluídas as emendas destinadas a ajustes técnicos, recomposição de dotações e correções de erros ou omissões”.

Em relação às emendas impositivas, a proposta determina que poderão ser objeto de eventual contingenciamento, respeitados limites mínimos para execução.

Com Agência Câmara

## Comissão promove debate sobre violência no país

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 8h30, audiência pública sobre a violência no Brasil. O intuito é debater a defesa dos segmentos mais vulneráveis da população, diante dos fatos ocorridos na comunidade de Paraisópolis, em São Paulo, no dia 1º de dezembro, em que

nove pessoas foram mortas durante ação da polícia militar em um baile funk. A audiência atende ao requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão.

Foram convidados o representante do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Carlos Alberto Ricardo

Júnior; o pesquisador Denys Resende; o diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTI+, Toni Reis; o representante da Frente Favela, Derson Maia; e representantes do Ministério da Justiça, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais.

# Estudo comprova situação ruim de calçadas das capitais brasileiras

Audiência aponta necessidade de incluir os pedestres e os deficientes nas políticas públicas de mobilidade urbana e de acessibilidade

PESQUISA FEITA EM 2019 para avaliar as condições das calçadas mantidas diretamente pelo poder público revelou que nenhuma das 27 capitais brasileiras conseguiu chegar à média mínima aceitável de oito pontos numa escala de zero a dez. Os dados foram apresentados pela arquiteta Marília Hildebrand, representante do Portal Mobilize, em audiência da Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH), na sexta-feira.

A lista de problemas encontrados pela Campanha Calçadas do Brasil 2019 é extensa e vai de buracos a ocupação indevida de espaços. As ações de concessionárias de energia elétrica, comunicações e saneamento, que destroem e não recompõem os pavimentos, também foram destacadas.

— Todas as capitais ficaram entre ruim e regular. A nota mais alta, obtida por São Paulo, foi 6,93, que não chega a ser uma nota boa, aceitável. Belém, que ficou na pior posição, obteve 4,52. A média nacional ficou em 5,71 — analisou Marília.



Rrepresentante do Portal Mobilize-se, Marília Hildebrand fala em audiência comandada por Paulo Paim (2º à esq.)

Ela disse ainda que cultura da mobilidade voltada somente ao carro penaliza as calçadas em diversos aspectos.

— O mais grave desta observação é que todos os 835 locais avaliados estão sob responsabilidade direta dos governos, em seus três níveis. São escolas, hospitais, creches, mercados, terminais de transporte, estádios e outros equipamentos que deveriam ser exemplares na acolhida aos usuários, desde as ruas próximas.

Integrante da Organização Andar a Pé, Wilde Cardoso

Gontijo Júnior citou uma série de benefícios — comprovados por pesquisas — gerados pela caminhada. Ele lembrou que andar a pé é bom para a saúde do ser humano e é bom para as cidades, pois desonera o transporte coletivo, humaniza o espaço urbano e reduz a poluição. E ainda traz vantagens econômicas, pois os setores de comércio e serviços ganham com a circulação de pessoas nas ruas.

— Temos que reverter todo esse ambiente contrário ao mobilismo — afirmou.

A consultora legislativa Karin Kässmayer, gestora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais do Senado, apresentou detalhes do Plano de Acessibilidade Casa, que está na terceira versão, com vigência de 2019 a 2021. Ela citou ações em andamento, como obras de adaptação nos prédios, aquisição de cadeiras de rodas, capacitação de servidores para lidar com pessoas com diferentes tipos de deficiência e a contratação de estagiários e trabalhadores com deficiência.

## Ranking calçadas

1º	São Paulo	6,93
2º	Belo Horizonte	6,84
3º	Florianópolis	6,73
4º	Porto Alegre	6,53
5º	Goiânia	6,39
6º	Campo Grande	6,29
7º	Brasília	6,25
8º	João Pessoa	6,23
9º	Boa Vista	6,13
10º	Rio de Janeiro	6,12
11º	Curitiba	6,02
12º	Recife	5,92
13º	Vitória	5,84
14º	Natal	5,78
15º	Manaus	5,71
16º	Palmas	5,46
17º	Aracaju	5,35
18º	Porto Velho	5,34
19º	Rio Branco	5,28
20º	Macapá	5,13
21º	Maceió	5,04
22º	Teresina	4,92
23º	São Luís	4,89
24º	Salvador	4,86
25º	Cuiabá	4,79
26º	Fortaleza	4,53
27º	Belém	4,52

O senador Paulo Paim, presidente da CDH, que tem funcionários com deficiência em seu gabinete, disse ser testemunha das ações que vêm sendo implementadas e afirmou que o Senado tem evoluído muito nessa área.

A audiência foi realizada a pedido dos senadores Mara Gabrilli (PSDB-SP) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

## Previdência foi foco da Comissão de Direitos Humanos em 2019

A reforma da Previdência foi o principal tema da Comissão de Direitos Humanos ao longo de 2019. O presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), apresentou na quinta-feira um balanço das atividades e ressaltou a luta dos senadores que integram a comissão para reduzir os danos da proposta que alterou as regras de aposentadoria. Segundo Paim, as mais de 50 audiências públicas sobre o assunto ajudaram a aprofundar o debate e a sensibilizar parlamentares para retirarem da proposta pontos como as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), no regime de capitalização e na aposentadoria especial por periculosidade.

— Com as audiências, foi possível aprofundar o debate e ajudar a derrubar alguns pontos críticos da proposta. [Ainda assim] o conjunto da obra ficou muito perverso, muito cruel. Por isso mesmo que votei contra.

Além do ciclo de audiências sobre a reforma da Previdência (EC 103) e da PEC Paralela (133/2019), a comissão discutiu e votou projetos sobre relações de trabalho, pessoas com deficiência, povos indígenas, idosos e refugiados. Foram também objeto de debate a violência contra as mulheres e a população LGBTI. A comissão realizou 160 reuniões durante o ano, mais de cem delas audiências públicas.

## Para Fabiano Contarato, comissão avançou nas questões ambientais

Em balanço das atividades da Comissão de Meio Ambiente (CMA), o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) disse que o colegiado avançou nos principais pontos relacionados à área, em um ano considerado “difícil” para as questões ambientais.

Nesta semana, Contarato, que é presidente da CMA, participa em Madri da COP 25, a conferência do clima da ONU.

Na quarta-feira foi realizada a última reunião do ano da CMA, a de número 56. Uma das aprovações de destaque foi o Junho Verde, um projeto de resolução do Senado (PRS 52/2019), que cria a campanha para a conscientização sobre a importância da preservação



Na opinião de Contarato, 2019 foi ano difícil na área ambiental

do meio ambiente. Contarato acrescentou que a CMA requereu informações, convocou ministros, fez indicações e diligências.

— Não nos furtamos do indispensável papel fiscalizador do Parlamento — ressaltou.

## Economia solidária no Nordeste será tema de debate

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza hoje, em Salvador, a primeira reunião de um ciclo de debates sobre economia solidária. O evento terá início às 9h na Assembleia Legislativa da Bahia.

A audiência, em que serão discutidas estratégias para desenvolver a economia solidária no Nordeste, terá a participação do professor Ladislau Dowbor, da professora aposentada Tania Bacelar e de representantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da Cáritas do Brasil, da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias, entre outras instituições.

Segundo o Ipea, o modelo da economia solidária emergiu no fim do século 20 como uma proposta de organização autogestionária do trabalho e da produção, a qual envolve um conjunto de práticas em busca de estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial.

## Colegiado vai discutir arbitragem tributária e execução fiscal hoje

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) promove seminário hoje, às 14h, para debater o PL 4.257/2019, que trata da arbitragem tributária no Brasil. O projeto altera a Lei das Execuções Fiscais (Lei 6.830, de 1980) para possibilitar o uso da negociação fora do campo judicial como

alternativa para solução de conflitos relacionados a débitos inscritos em dívida ativa. O texto, já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e que aguarda decisão final da CCJ, regulamenta a execução fiscal administrativa para cobrança de dívidas relacionadas a impostos como IPTU e IPVA.

O seminário foi requerido por Antonio Anastasia (PSDB-MG), que apresentou a proposta, e Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator na CCJ.

O seminário será organizado em painéis que tratarão da arbitragem tributária e da execução fiscal extrajudicial, com subprocuradores

da República, procuradores, juizes, advogados e técnicos ligados às questões tributárias. Os professores Flávio Henrique Unes e Felipe Estefam, o árbitro Roberto Pasqualin e o subprocurador-geral da República Paulo Gonet estão entre os convidados para o seminário.